

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FENILCETONÚRIA E
OUTRAS DOENÇAS HEREDITÁRIAS DO METABOLISMO**

RELATÓRIO DE CONTAS 2017

Porto, abril de 2018

Ficha técnica

Proprietário e Editor:

Associação Portuguesa de Fenilcetonúria e Outras Doenças Hereditárias do Metabolismo
Praça Pedro Nunes, nº88
4099 – 028 Porto
PORTUGAL
Telf.: 960 231 590
geral@apofen.pt | www.apofen.pt

Coordenação:

Direção da Apofen

Colaboração:

Órgãos Sociais da Apofen

Publicação:

abril de 2018

©Todos os direitos reservados à Apofen

ÍNDICE

4 | Mensagem do presidente

5 | Breve caracterização da associação

7 | Introdução

8 | Enquadramento das atividades

9 | Configuração organizacional

10 | Atividades da direção

13 | Atividades realizadas em 2017

18 | Execução orçamental

28 | Resultados

29 | Agradecimentos

30 | Proposta de aplicação dos resultados

31 | Anexos

Balanço

Demonstração de resultados por natureza

Anexo às demonstrações financeiras individuais

I MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Amigos

Apesar de estarmos já em 2018 e com uma nova Direcção desde Janeiro, este relatório de contas é o derradeiro documento de avaliação final do exercício da anterior Direcção, respeitante ao ano de 2017.

Como se pode perceber pela análise deste relatório, houve uma forte intenção transformada em estratégia, de fazer uma contenção de despesa sem comprometer as nossas actividades, nem deixar de cumprir os nossos compromissos.

Consideramos que os objectivos foram cumpridos, já que, o resultado final do exercício demonstra um saldo positivo, permitindo condições de financiamento próprio para a gestão da nova direcção. O valor em causa é de cerca de 10 mil euros de saldo positivo, o que consubstancia uma excelente recuperação financeira tal como se pode verificar no quadro da pág. 21.

Com a apresentação deste relatório de Contas fecha-se um ciclo na vida da APOFEN.

Chegou finalmente o momento de termos na direcção da APOFEN, os “*nossos meninos*”. Neste caso, a “*nossa menina*” (Elisabete Almeida) acompanhada de gente nova que desde sempre se interessou pela vida associativa, mantendo ainda alguns dos mais antigos e “*históricos*” fundadores da APOFEN.

Vem aí um Futuro que a APOFEN merece, e que trará novas metodologias e renovadas disponibilidades para a inovação e melhor apoio da APOFEN aos seus associados, sobretudo os portadores de DHMP.

Para trás fica um passado com muito caminho percorrido, e com conquistas e regalias muito determinantes, que é necessário percebermos todos, não serem aquisições definitivas, e para as quais é necessário olhar sempre com vigilância, para que não se percam.

Sendo esta a última “*Mensagem do Presidente*” que tenho a honra de escrever, gostaria de manifestar a minha gratidão a todos os APOFÉNICOS que ao longo destes 16 anos em que assumi a Presidência da APOFEN, foram sempre dando o seu apoio, a sua disponibilidade, as suas ideias, o seu trabalho, para que fosse possível chegarmos a 2018 nestas óptimas condições de vida associativa e de apoio aos DHMP’s. Gratidão também manifesto a todos os responsáveis das empresas que são nossas amigas, e apoiam ciclicamente e determinadamente as actividades da APOFEN.

Gratidão para todos os meus amigos, que aceitaram o desafio de integrar as várias Direcções que foram sendo constituídas ao longo destes 16 anos, pela amizade, cumplicidade e trabalho feito em comum. Destaco necessariamente, esta última direcção nas pessoas da Marta Fonseca, Cristiana Alves, Marisa Gonçalves e Henrique Pereira, e o nosso “*staff*” de luxo com a Paula Machado, Luísa Ximenes e Elisabete Almeida.

Dedico este último parágrafo à Elisabete Almeida nossa Presidente da Direcção, para lhe desejar as maiores felicidades neste seu cargo. A Elisabete Almeida, no seio da APOFEN, é a pessoa com melhor formação e conhecimento para poder exercer o cargo com sabedoria e inteligência, desde que mantenha a sua postura dialogante e se oriente pelas suas próprias convicções. Aqui estaremos todos para ajudar!

Rui Barros Silva

II BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

A Associação Portuguesa de Fenilcetonúria e Outras Doenças Hereditárias do Metabolismo é uma Associação Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, com sede na Praça Pedro Nunes, nº88, no Porto, constituída em 22 de Dezembro de 1993.

Encontra-se registada na Direção Geral da Segurança Social, no livro das Instituições de Saúde, desde 10 de Setembro de 1994, tendo adquirido automaticamente a natureza de pessoa coletiva de utilidade pública, sendo que o seu âmbito de ação abrange todo o território nacional.

A Associação tem como máxima lutar pela melhoria das condições de vida dos indivíduos portadores de doenças hereditárias do metabolismo e tem, entre outras, como principais atividades:

- O apoio aos portadores de fenilcetonúria e outras doenças metabólicas a nível escolar, ou jardim-de-infância, de forma a garantir que lhes é fornecida a alimentação correta sem que haja por isso qualquer tipo de discriminação;
- Garantir a distribuição dos alimentos indispensáveis para estas crianças nas melhores condições económicas possíveis;
- Lutar para que qualquer progresso que se verifique no tratamento destas doenças seja apresentado aos interessados e, logo que possível posto à sua disposição;
- Proporcionar aos doentes uma qualidade de vida tanto quanto possível semelhante à das outras crianças portuguesas.

Para cumprimento dos desafios constantes que se lhe deparam, a Associação integra 21 pessoas, tendo 1 funcionária com contrato de trabalho sem termo e uma administrativa em regime de prestação de serviço e, 19 dirigentes não remunerados de acordo com o art.º 18 dos estatutos, distribuídos pelos diversos órgãos e de acordo com a seguinte estrutura orgânica:

- a) Assembleia Geral: É o órgão a quem compete o poder deliberativo sobre as questões mais relevantes da associação, sendo ela integrada por todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, o que lhe confere uma representatividade democrática e, por essa via, a participação dos membros nas decisões da associação.

Tem a seguinte composição:

Presidente:	António Manuel Sacramento Lopes
1º Vogal:	Rui Manuel Correia Vaz Osório
2º Vogal:	Maria Carmo Santos Castro

- b) Direção: É o órgão por excelência que define as estratégias e a ação da associação, sendo da sua competência deliberar sobre um vasto e complexo campo de matérias, cabendo ao Presidente a execução das deliberações tomadas. Compete-lhe, de entre outras funções, elaborar e submeter ao parecer do órgão de fiscalização as estratégias de ação, materializadas nos planos de atividade e a sua execução no Relatório e Contas.

Tem a seguinte composição:

Presidente:	Rui Manuel Barros da Silva
Vice-Presidente:	Marta Luísa Neiva Fonseca
Tesoureiro:	Henrique Miguel Caridade Pereira
Secretária:	Cristiana Filipa Freitas Alves da Silva
Vogal:	Marisa Delgado Figueiredo Gonçalves

Para além dos membros efetivos, tem ainda cinco suplentes.

- c) Conselho Fiscal: É o órgão de fiscalização da associação, competindo-lhe as funções definidas nos estatutos, sendo-lhe primordialmente atribuído o papel de fiscalização do cumprimento das metas definidas no Plano de Atividades e Orçamento.

Tem a seguinte composição:

Presidente:	Licínio Manuel Reis Rodrigues
1º Vogal:	João Manuel dos Santos Almeida
2º Vogal:	Abílio Manuel Pereira Marinho

Para além dos membros efetivos, tem ainda três suplentes.

III INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Contas respeita ao exercício de 2017, terceiro e último ano do mandato dos Órgãos Sociais da Apofen.

Em 2017, ano de eleições para os Órgãos Sociais, a Direção da Apofen incentivou os seus associados a formarem uma lista às eleições para que houvesse uma renovação, pois o desgaste de vários anos ao comando da Associação já se fazia sentir nos membros da Direção.

As quotas por liquidar tem tido nos últimos anos um efeito bastante penalizador para as contas da associação. 2017, infelizmente, não fugiu à regra. Os associados ainda não compreenderam a importância do cumprimento das suas obrigações para com a associação, pois só assim é possível uma maior abrangência na realização das atividades.

Contudo, 2017 foi ano da retoma na consignação de 0,5% do IRS o que muito contribuiu para os resultados deste exercício.

No presente exercício a Apofen contou, mais uma vez, através da FEDRA com a aprovação de um projeto para subsidiar parte do ordenado de uma das suas funcionárias e do apoio financeiro da Biomarin para a realização das diversas atividades inscritas no Plano de Atividades.

No plano institucional, mantiveram-se os protocolos celebrados com a Glutamine e Nutrícia possibilitando a manutenção, em part-time, da Psicóloga Elisabete Almeida permitindo melhorar a comunicação e o apoio aos pais e doentes; e da Técnica Superior de Comunicação e Imagem, Luísa Ximenes, para a continuidade da edição da revista Tribólicas e da nova imagem da associação.

No entanto, a Luísa Ximenes decidiu partir para novos projetos profissionais. A Apofen como IPSS com poucos recursos financeiros não podia acompanhar financeiramente o vencimento desta técnica.

Face ao supracitado as contas do exercício de 2017 apresentam um resultado líquido positivo no valor de 10.663,73 euros.

IV ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES

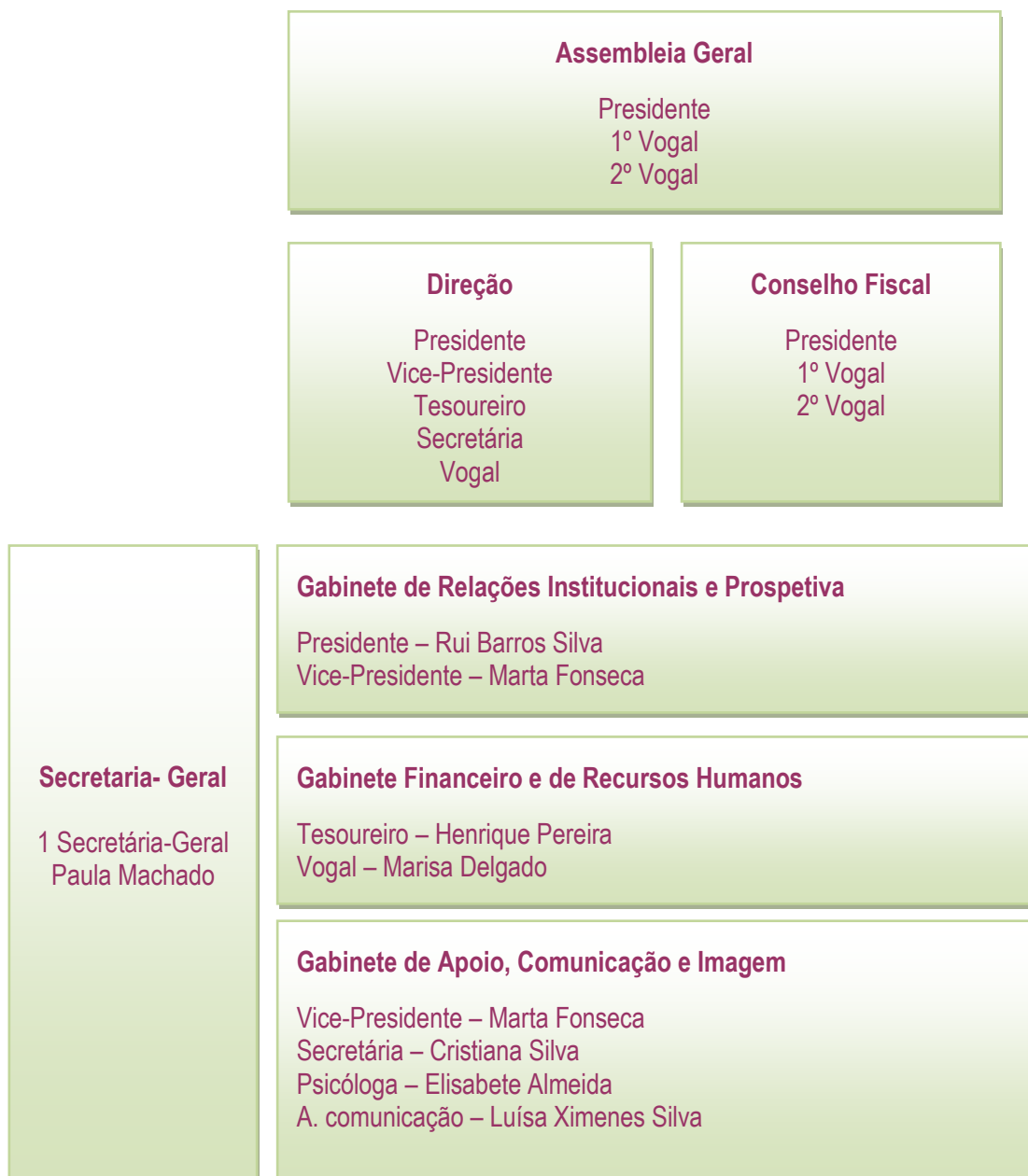
No plano da estrutura organizacional e do pessoal

Em 2017 foi mantida, no essencial, a estrutura organizacional, criada no enquadramento dos Estatutos, orientada para o cumprimento das missões cometidas à Apofen.

No Plano de Atividades e Orçamento para 2017 havia sido previsto a manutenção de uma Psicóloga, em *part-time* e com contrato sem termo, a manutenção do posto de trabalho de uma administrativa em *part-time* como prestadora de serviços e a manutenção da Técnica Superior de Comunicação e Imagem, em *part-time* e com contrato sem termo e, os 19 dirigentes não remunerados de acordo com o art.º 18 dos Estatutos, distribuídos pelos diversos órgãos e de acordo com a estrutura orgânica. A execução do Plano de Atividades respeitou, de forma estrita, esta orientação sendo que em 31 de dezembro de 2016 estavam ao serviço da Apofen 22 pessoas, conforme a distribuição e estatuto contratual que se evidencia no organograma da Apofen.

Com respeito aos cargos de direção superior manteve-se a composição prevista nos Estatutos, com correspondência no Plano de Atividades para 2017, ou seja, um Presidente, uma Vice-presidente, um Tesoureiro, uma Secretária e um Vogal da Direção, não remunerados, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 16 de novembro de 2014.

V CONFIGURAÇÃO ORGANIZACIONAL



VI ATIVIDADES DA DIREÇÃO

No decurso do ano de 2017, a que reporta o presente relatório, a Direção assegurou o regular funcionamento da associação através da adoção das decisões da sua competência.

No contexto da sua ação a Direção providenciou, nos prazos legais e estatutários, a apresentação de todos os documentos estruturantes da atividade da Apofen, dos quais se destacam a proposta de Relatório e Contas referente ao ano de 2016 e todo o trabalho administrativo para as eleições dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2018 / 2021, tendo providenciado as condições para o regular funcionamento dos órgãos da Apofen.

Ao longo de 2017 sublinham-se as seguintes atividades mais relevantes, incluindo aquelas que foram assumidas diretamente pela Direção:

- **Continuação do projeto “Sou diferente porque sou especial”**

Continuidade do Protocolo de Cooperação entre a Apofen e a Glutamine assinado a 4 de novembro de 2011, com vista à execução do projeto com o tema “sou diferente porque sou especial”, que se iniciou em janeiro de 2012. No Protocolo estabelecido entre as duas instituições antes citadas, salientam-se abaixo os principais considerandos nele tecido, sobre a importância da melhoria da qualidade de vida dos doentes, os quais estão na base da concretização do referido Protocolo:

- Ensinar os doentes com DHM e familiares que com eles convivem diariamente a fortalecerem a capacidade de resposta a pressões, reforçar a autoestima e a autoconfiança face a situações de exclusão social;
- Colocação da doença “no seu lugar”, não lhe dando mais do que ela necessita. As crianças/jovens com doença e os seus familiares têm a oportunidade de esclarecer dúvidas acerca da doença e conseguir mais informação;
- Propiciar a estas crianças e jovens situações de desenvolvimento de atividades em pequenos e grandes grupos (promoção de estratégias de resolução de problemas) estimulando assim as experiências corporais, a integração e o convívio social, promovendo desta forma a diminuição do isolamento e estigmatização;
- Aceitação da doença e, conseqüentemente, uma melhor adaptação, através da troca de experiências. Treino para o “pensar antes de agir”, normalização de sentimentos;
- Partilha de experiências (semelhantes e diversas) e convívio com os demais da sua idade.

- **Publicação da revista Tribólicas**

A comunicação é de grande relevância no eficaz funcionamento da associação, e na capacidade de envolver os associados nas ações que a Direção desenvolve. Tendo este pressuposto sempre presente a Direção manteve o compromisso para a edição da revista Tribólicas. Como sabemos, informar é fazer chegar aos interessados notícias relevantes, no caso concreto, como realizamos e vivemos as nossas atividades, estratégias e ideias sobre a melhor forma de lidarmos com as DHMP's, são aspetos importantes para nos sentirmos por dentro das coisas, com elas viver e nelas participarmos.

- **Protocolo com a Nutrícia para o projeto “Melhorar a imagem e comunicação da Apofen”**

Protocolo de Cooperação entre a Apofen e a Nutrícia com vista à execução de um projeto para melhorar a imagem e a comunicação da associação.

Numa sociedade cada vez mais virada para as novas tecnologias, este protocolo tem como objetivos principais a divulgação da Apofen junto da sociedade civil através da elaboração de flyers e cartazes, bem como a publicação regular do Boletim Informativo e da constante manutenção do site e da página do facebook.

- **Ações de sensibilização nas escolas**

A Apofen durante o ano de 2017 deu continuidade às ações de formação e sensibilização em diversas escolas, no sentido de promover o esclarecimento sobre as doenças raras do metabolismo das proteínas.

- **Campo de Férias da Apofen**

Na semana de 15 a 20 de agosto realizou-se nas instalações da Quinta da Fonte Quente da APPACDM de Coimbra, na Tocha, o XI Campo de Férias da Apofen para crianças e jovens portadores de doenças do metabolismo hereditário e seus familiares.

- **Encontro Anual**

No fim-de-semana de 17 a 19 de novembro realizou-se o XVIII Encontro Nacional da Apofen no Hotel do Inatel em Stª Maria da Feira que nos acolheu neste que é o evento mais aguardado do ano.

Tendo como tema principal “A eleição dos Órgãos Sociais”, este encontro iniciou-se com uma sessão dos laboratórios sobre os “Produtos e Inovação”, seguindo-se a apresentação aos sócios da lista candidata aos órgãos sociais da direção para o quadriénio 2018 / 2021.

- **Workshops de cozinha**

Em parceria com a Nutricia realizaram-se em 2017 workshops de cozinha em Lisboa e no Porto a 21 de maio e 25 de junho respetivamente. Com a Glutamine realizou-se no Porto um Workshop a 21 de outubro.

- **Almoço de Natal**

No dia 16 de dezembro, como já vem sendo hábito, a APOFEN realizou o seu almoço de Natal nas suas instalações de Matosinhos.

VII ATIVIDADES REALIZADAS EM 2017

Gabinete de Relações Institucionais e Prospetiva
. Cooperação com outras entidades e organismos nacionais e internacionais, tendo em vista a realização de ações conjuntas na área das DHMP;
. Apoio à realização do Encontro Anual, Campo de Férias, Fim-de-Semana Cultural e Escolas de Cozinha;
. Promoção e divulgação de estudos e atividades na área das DHMP;

O Gabinete de Relações Institucionais e Prospetiva tem por missão garantir o apoio técnico às atividades de cooperação institucional e realizar análises prospetivas.

Durante o ano de 2017 o GRIP desenvolveu as seguintes atividades:

Cooperação Institucional:

Participação em organizações, grupos de trabalho e projetos nacionais e internacionais:

1. Participação e acompanhamento das reuniões da Fedra – Federação Nacional das Doenças Raras;
2. Representação da Apofen em reuniões da Ação Social do Município de Matosinhos;
3. Participação nos simpósios da SPDM e ICIEM;
4. Reuniões com os representantes dos vários laboratórios que comercializam alimentos hipoproteicos em Portugal;
5. Representação da Apofen em cerimónias de inauguração de novas instalações de outras Associações.

Gestão dos protocolos e acordos de cooperação:

1. Reunião com o representante da Glutamine para acompanhamento da execução do Protocolo de Cooperação celebrado com esta empresa.

Gabinete Financeiro e de Recursos Humanos
. Realizar os procedimentos contabilísticos e dar cumprimento às obrigações fiscais;
. Assegurar a gestão orçamental, financeira e patrimonial;
. Realizar os procedimentos necessários às candidaturas aos programas de apoio às IPSS;
. Assegurar a gestão dos recursos humanos.

Ao Gabinete Financeiro e de Recursos Humanos (GFRH) compete promover e assegurar uma correta gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos da Apofen.

Com base neste desígnio, o GFRH desenvolveu, em 2017, as seguintes atividades:

Procedimentos Contabilísticos e Fiscais

1. Realização dos processamentos administrativos;
2. Desenvolvimento das funções inerentes ao movimento das receitas e despesas e os respetivos registos contabilísticos obrigatórios;
3. Cumprimento das obrigações fiscais nos prazos estipulados na lei.

Gestão Orçamental, Financeira e Patrimonial

1. Elaboração, gestão e controle orçamental – preparação da execução orçamental de 2016, acompanhamento da execução orçamental de 2017 e elaboração da proposta de orçamento para 2017;
2. Execução das atividades inerentes à gestão financeira, através do cumprimento das obrigações legais e regulamentares;
3. Elaboração dos documentos necessários para apresentação aos órgãos sociais, em cumprimento das disposições estatutárias.

Gestão dos Recursos Humanos

1. Organização e instrução dos processos relativos aos recursos humanos.

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

. Execução das tarefas de secretariado da Direção;

. Apoio à organização de reuniões, encontros anuais e regionais e outras atividades promovidas pela Direção;

. Desenvolvimento de um Plano de Comunicação;

. Alimentação do sítio da Apofen e respetivas redes sociais;

. Realização de ações de sensibilização nas escolas.

Ao Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem (GACI) compete organizar os serviços de apoio aos órgãos sociais, apoiar na gestão dos recursos humanos e gerir e promover a comunicação e a imagem institucionais da associação.

Durante o ano de 2017 o GACI desenvolveu as seguintes atividades:

Secretariado da Direção

1. Preparação, apoio e acompanhamento das reuniões de Direção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal;

Quadro 1 – Número de reuniões dos órgãos sociais realizadas em 2017

Órgãos Sociais	Nº de reuniões realizadas em 2017
Assembleia Geral	2
Direção	19
Conselho Fiscal	1

2. Elaboração das atas das reuniões de Direção;
3. Registo e atualização dos compromissos constantes na agenda da Direção;
4. Apoio administrativo às participações da Direção em eventos organizados por terceiros.

Apoio à organização de iniciativas promovidas pela Direção

1. Organização e acompanhamento de todas as atividades realizadas pela Direção, nomeadamente:
 - Encontro Anual,
 - Encontro Regional;
 - Escolas de Cozinha;
 - Campo de Férias;
 - Fim-de-semana Cultural;
 - Almoço de Natal.

Plano de Comunicação

1. Elaboração do Plano de Comunicação que promova a Apofen e os seus parceiros;
2. Divulgação das iniciativas, atividades e projetos da Apofen e seus parceiros;
3. Promover junto dos órgãos de imprensa nacional a realização de entrevistas com a Direção da Apofen.

Sítio da Apofen e redes sociais

1. Atualização permanente do sítio da Apofen através da inserção de documentação, informações, comunicações e programas oficiais;
2. Manutenção da página de Facebook da Apofen - divulgação de diversos conteúdos como atividades a realizar, resolução de dúvidas dos associados e notícias;
3. Elaboração e divulgação da newsletter Tribólicas.

Realização de ações de sensibilização nas escolas

Desenvolvimento de uma campanha de ações de sensibilização nas escolas com o intuito de:

1. Promover a inclusão social;
2. Promover um aumento do conhecimento sobre as doenças raras, nomeadamente, as DHMP.

Secretaria-Geral
. Apoio ao funcionamento dos órgãos sociais da Apofen;
. Apoio a todas as atividades e projetos da Direção;
. Apoio às atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Relações Institucionais e Prospetiva (GRIP), pelo Gabinete Financeiro e Recursos Humanos (GFRH) e Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem (GACI).

A Secretaria-Geral (SG) tem como missão assegurar o apoio técnico à Direção da Apofen, permitindo uma maior eficácia e eficiente articulação com os restantes órgãos sociais e associados, através do apoio às atividades nas relações institucionais, nas atividades de gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, e da comunicação e imagem.

Durante o ano de 2017 a SG desenvolveu as seguintes atividades:

Apoio aos Órgãos Sociais

1. Acompanhamento dos métodos e procedimentos aprovados pela Direção;
2. Acompanhamento dos métodos e procedimentos aprovados pela Assembleia Geral e Conselho Fiscal;
3. Compilação de elementos informativos de interesse para envio aos membros dos órgãos sociais e associados;

Coordenação e apoio aos Gabinetes

1. Em articulação estreita com o GRIP, o GFRH e o GACI, a Secretaria-Geral promoveu as ações necessárias à concretização das atividades da Apofen;
2. Gestão e acompanhamento de todo o secretariado - receção, classificação e distribuição interna do correio, caixa de correio eletrónico, recebimento de quotas e donativos, emissão de recibos e pagamentos a fornecedores.

VIII EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2017

I. Nota Introdutória

A execução orçamental do presente exercício, decorrente das atividades da instituição no ano de 2017, é apresentada em comparação com o exercício do ano anterior.

Contudo, em alguns casos, auxiliámo-nos dos valores de anos anteriores para a apresentação de alguns indicadores de forma a evidenciar a evolução da situação da associação, bem como, para uma melhor compreensão.

Destacamos como ponto forte o resultado líquido do exercício alcançado em 2017, influenciado fundamentalmente pelo apoio financeiro da Biomarin para a realização das atividades mais importantes e do montante recebido da Autoridade Tributária através da consignação de 0,5% do IRS.

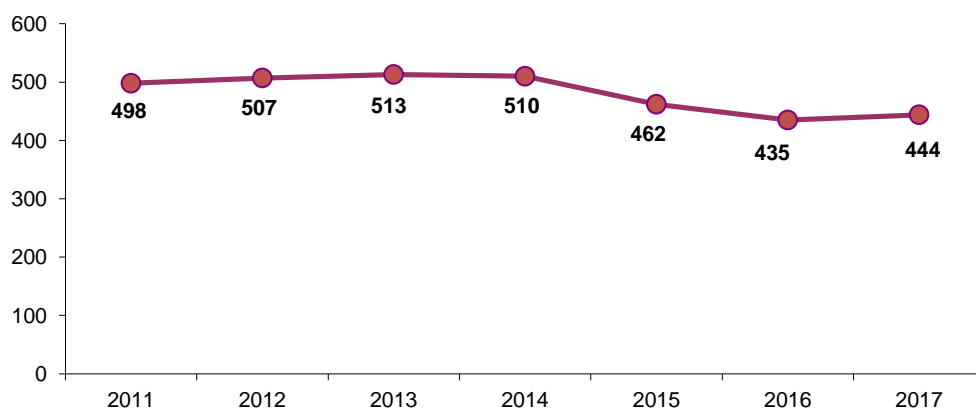
Estritamente ligado ao ponto anterior destacamos, ainda, como aspeto positivo a vitalidade financeira com que esta Direção deixou a associação. Desta forma, a futura direção da Apofen poderá encarar o futuro sem quaisquer receios.

Como ponto fraco salientamos a impossibilidade de ir mais além na abordagem aos sócios para que os mesmos regularizassem as quotizações.

1. Alguns Indicadores

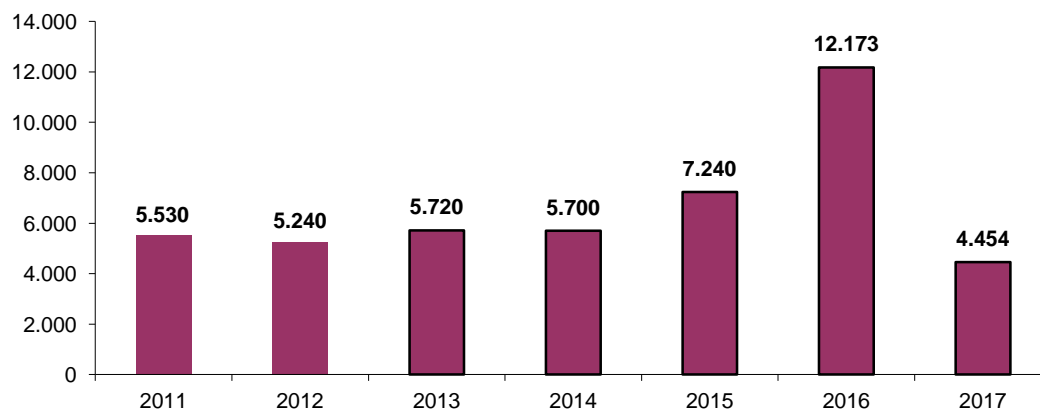
1. Em 2017, assistimos a uma recuperação no número de associados da Apofen, quebrando, assim, um ciclo de três anos de perda de sócios. Deste modo, com desistências e admissões de sócios a Apofen terminou este exercício a contabilizar na sua base de dados com 444 associados.

SÓCIOS



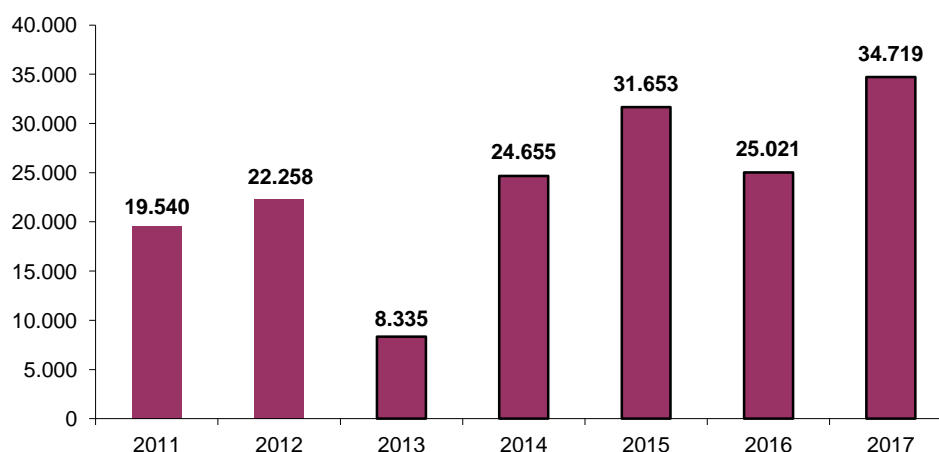
2. Apesar do aumento do número de associados, em 2017 a liquidação do valor das quotizações foi o mais baixo dos últimos seis anos. Em ano de eleições este alheamento para com a associação começa a ser preocupante, pois o montante global das quotas devidas continua a avolumar-se. De um montante de 37.747 euros em quotas devidas apenas 4.454 euros foram liquidadas, o que representa apenas 22%.

QUOTAS



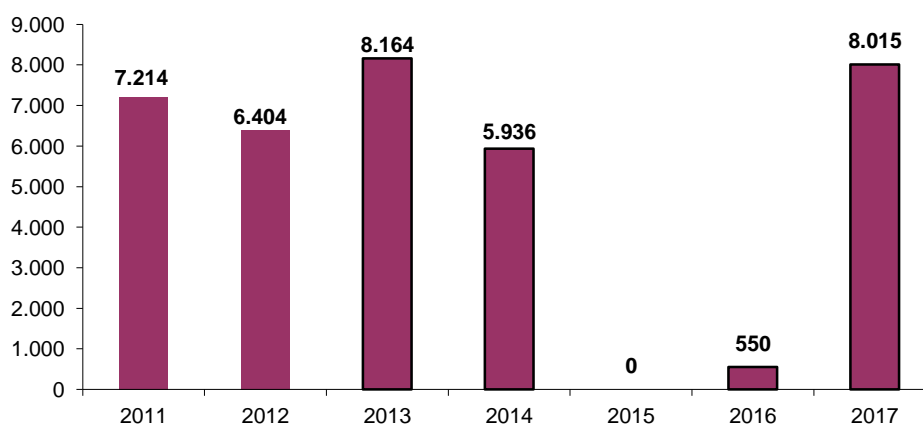
3. Os donativos foram a componente em que se verificou o maior aumento face ao ano anterior. Este acréscimo deve-se essencialmente ao apoio extraordinário da Biomarin, bem como da Glutamine e Nutrícia no âmbito dos protocolos celebrados.

DONATIVOS



4. Em 2017 no que concerne ao benefício fiscal consignado no art.º 32 da Lei n.º16/2001, de 22 de junho (Lei da Liberdade Religiosa), a Apofen recebeu 8.015,14 euros. Esta rubrica de rendimentos tem sido fundamental nos últimos anos para contrabalançar a falta no pagamento das quotizações. Em 2017 foi notória a importância desta rubrica nos resultados finais do exercício.

CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS



5. Em termos de resultados do exercício, o ano de 2017 apresenta um extraordinário aumento face ao ano anterior.

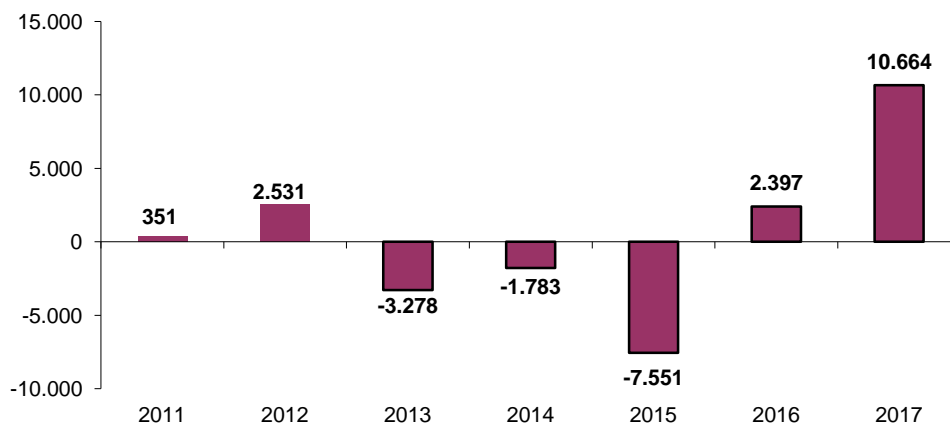
Este facto resulta da decisão de contenção de gastos por parte da Direção, que estava no seu último ano de mandato, para que os novos órgãos sociais da Apofen pudessem assumir funções sem quaisquer receios em termos financeiros.

Uma associação como a Apofen vive dos seus associados e o impacto das quotizações devidas nas contas da associação tem sido o catalisador para os resultados obtidos nos últimos anos. Para contrabalançar esta situação preocupante, a Direção da Apofen tem procurado novos apoios junto de entidades privadas de forma a conseguir cumprir com o Plano de Atividades.

Porém, não podemos deixar de salientar o protocolo celebrado com o Centro de Genética Médica Doutor Jacinto de Magalhães (CGMJM) para colaboração na realização das Conferências de Genética o que se traduziu, por um lado, num esforço maior ao nível do volume de trabalho da nossa parte, e por outro, num aumento das receitas que permitiu equilibrar os resultados da associação face aos anos anteriores.

Evidentemente que o objetivo da associação não é ter lucros, até pelo seu caráter social, mas amenizar os gastos consoante os rendimentos que obtém.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO



2. Associativismo

A relação com os associados continua a desenvolver-se através de correspondência, do sítio na Internet, da página do Facebook, do Encontro Anual, do Boletim Informativo de periodicidade mensal e da revista Tribólicas de periodicidade quadrimestral.

Assinala-se com apreço a colaboração desinteressada de alguns sócios com a sua associação, sendo desejável que um maior número ajudasse esta coletividade, em prol de uma causa comum.

Como se pode constatar pelo quadro 2, em 2017 foram admitidos 12 novos sócios e ocorreram 3 desistências/anulações. Foi um ano com pouca adesão de associados mas, também, com reduzidas desistências/anulações. Como consequência, constata-se um aumento no número de sócios contrariando, assim, a diminuição que vinha ocorrendo nos últimos anos. Assim, em dezembro de 2017 a Apofen era constituída por 444 sócios.

Quadro 2 – Número de Sócios em 2017

SÓCIOS	2013	2014	2015	2016	2017	2017	
						Admitidos	Desistências/ Anulados
Efetivos	245	262	234	233	240	7	0
Auxiliares	260	240	220	194	196	5	3
Honorários	8	8	8	8	8	0	0
Total em 31.12	513	510	462	435	444	12	3

2.1 Quotizações

Tal como vem sucedendo nos últimos anos, o pagamento das quotas em 2017 ficou-se pelos 22% do montante devido. Para as quotas do ano corrente, ou seja, dos 13.520 euros devidos apenas 2.900 euros foram liquidados; e, dos 37.747 euros de quotas devidas de anos anteriores, apenas 1.554 euros foram pagos.

Em 2017 foram anulados no final do exercício 3 sócios auxiliares. Como se constata pelo quadro 3, estes sócios auxiliares tinham 380 euros de quotizações por liquidar.

Assim, em 31.12.2017 as quotizações devidas ascendem a 46.433 euros, ou seja, um aumento de 23% face ao ano anterior.

Quadro 3 – Valor das quotas em dezembro 2017

Anos anteriores			2017			Total
Devidas	Pagas	Em falta	Devidas	Pagas	Em falta	Em falta
37.747	1.554	36.193	13.520	2.900	10.620	46.813
Anulados em 31.12.2017						Total
Efetivos	Auxiliares	Total				Em falta
0	380	380				46.433

II. Análise da situação económica e financeira

1. Rendimentos

1.1 Os saldos bancários, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são discriminados da seguinte forma:

	31-12-2017	31-12-2016
Depósitos à Ordem (DO)		
Santander Totta	40.692,88	32.392,24
Outros instrumentos financeiros		
Santander Totta	22,14	22,09

Como podemos constatar pelo quadro acima a rubrica de Depósitos à Ordem teve um incremento substancial face ao ano de 2016.

De realçar que esta rúbrica é de extrema importância para fazer face aos compromissos futuros, nomeadamente, os gastos com o pessoal e as atividades programadas no Plano Anual de Atividades, pelo que é extremamente importante o trabalho que a Direção realizou neste domínio de forma a aumentar os níveis de liquidez da associação num ano de transição dos órgãos sociais da Apofen.

1.2 A rubrica de serviços prestados sofreu uma diminuição substancial face a 2016 devido essencialmente à quebra na liquidação das quotas. Uma diminuição de praticamente 8.000 euros. As restantes rúbricas que compõem esta Conta 72 mantiveram-se praticamente idênticas ao ano anterior.

Vendas e Serviços Prestados	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
Serviços Prestados	15.504,00	23.458,00
Quotizações exercícios anteriores	1.554,00	6.433,00
Quotizações exercício	2.900,00	5.470,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Encontro/Congresso Anual	3.780,00	3.950,00
Campo de Férias	4.270,00	3.830,00
Escolas de cozinha	0,00	0,00
Apoio escolar	0,00	0,00
Encontro regional de famílias	0,00	0,00
Fim-de-semana Cultural	510,00	0,00
Conferências de Genética	2.350,00	3.445,00
Atividades de Exercícios Anteriores	140,00	330,00

1.4 Relativamente às outras rubricas dos rendimentos, assistimos a um aumento substancial na rubrica de Subsídios face a 2016. Para este facto muito contribuiu o donativo extraordinário da Biomarim e a retoma do reembolso de 0,5% do IRS consignado.

Em 2017 a Apofen manteve o apoio da FEDRA na comparticipação de uma parte das remunerações da sua Psicóloga, no montante de 6.674,54 euros.

A rubrica de donativos, de extrema importância para o equilíbrio das contas da associação, sofreu um significativo aumento face a 2016, ascendendo a 34.718,95 euros resultando, assim, no maior crescimento dos últimos anos.

Esta situação derivada essencialmente do esforço que a Direção fez junto de entidades privadas de forma a obter novas formas de financiamento das suas atividades. Contudo, atendendo à especificidade do objeto da associação a mensagem tem sido difícil de transmitir às entidades doadoras, o que resulta numa grande dependência de três grandes entidades doadoras.

Em relação ao IRS consignado obtivemos um retorno de 8.015,14 euros o que muito contribuiu para o equilíbrio das contas da associação, como verificado em anos anteriores.

Subsídios, Outros rendimentos e ganhos e Juros	2017	2016
Subsídios, doações e legados à exploração	41.393,49	31.415,18
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	6.674,54	6.430,08
ISS, IP - Centro Distrital (INR)	6.674,54	5.000,00
Encontro Anual	0,00	0,00
Campo de Férias	0,00	0,00
Fim-de-semana Cultural	0,00	0,00
FEDRA	6.674,54	5.000,00
IEFP	0,00	1.430,08
Subsídios eventuais	0,00	0,00
Subsídios de outras entidades	34.718,95	25.021,10
Donativos em dinheiro	34.718,95	24.621,10
Donativos em espécie	0,00	400,00
Outros rendimentos e ganhos	8.015,14	1.510,86
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00
Restituição de impostos (0,5% do IRS consignado)	8.015,14	549,75
Outros	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	0,05	0,10
Outros rendimentos similares	0,05	0,10

2. Gastos e perdas

2.1 Quanto às rubricas de gastos e perdas analisemos primeiro as contas dos Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVM) e os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE).

Como o quadro em baixo evidencia, os CMVMC diminuíram face ao exercício anterior derivado essencialmente dos Workshops de Cozinha terem sido realizados pelos nossos parceiros Glutamine e Nutrícia.

CMVMC e FSE	2017	2016
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	304,97
Fornecimentos e serviços externos	35.812,13	32.652,85
Subcontratos	16.127,91	13.655,60
Alojamento	7.826,42	6.967,12
Alimentação	6.746,71	5.248,02
Outros	1.554,78	1.440,46
Serviços especializados	8.789,86	8.432,15
Trabalhos especializados	7.214,94	4.388,34
Publicidade e propaganda	48,00	0,00
Vigilância e segurança	127,92	125,46
Honorários	0,00	3.908,35
Conservação e reparação	10,00	10,00
Outros	1.389,00	0,00
Materiais	1.697,75	1.616,94
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	56,95
Livros e documentação técnica	0,00	45,00
Material de escritório	742,05	1.514,99
Artigos para oferta	955,70	0,00
Outros	0,00	0,00
Energia e fluidos	326,73	509,15
Eletricidade	217,50	471,13
Combustíveis	69,98	0,00
Água	39,25	38,02
Deslocações, estadas e transportes	6.701,64	6.345,52
Serviços diversos	2.067,69	2.068,59
Comunicação	1.756,09	1.961,14
Seguros	125,32	56,07
Limpeza, higiene e conforto	72,80	51,38
Outros serviços	113,48	0,00
Material Didático	42,00	24,90
Encargos de Saúde com Utentes	58,55	0,00

Em relação aos FSE, os gastos com este tipo de serviços face a 2016 sofreram um ligeiro aumento devido fundamentalmente à rubrica de “subcontratos”, nomeadamente o alojamento, fruto de um aumento no número de participantes do Campo de Férias, bem como da realização do Fim-de-Semana Cultural, atividade que não tinha sido realizada em 2016.

De salientar ainda o aumento dos “trabalhos especializados” que sofreram um acréscimo face a 2016 porque os gastos com a funcionária administrativa passaram a estar contemplados nesta conta em detrimento da conta “honorários”, daí a diminuição desta face ao ano anterior.

2.2. Nas outras rubricas de gastos apenas evidenciar que apesar do elevado montante de quotizações em dívida, optamos, tal como em 2016, não assumir perdas por imparidades relativas a dívidas incobráveis, pois temos a expectativa de num futuro próximo os mesmos assumirem as suas obrigações e regularizarem as suas dívidas.

Gastos com o pessoal, Gastos de depreciação e de financiamento	2017	2016
Gastos com o pessoal	17.770,62	17.418,71
Remunerações dos órgãos sociais	320,08	131,85
Ajudas de Custo	320,08	131,85
Remunerações do pessoal	14.261,25	14.381,76
Remunerações	12.660,00	12.725,00
Subsídio de Alimentação	1.601,25	1.656,76
Ajudas de custo	0,00	0,00
Encargos sobre Remunerações	2.929,18	2.611,42
Seguros de Acidentes no Trab. e Doenças Profissionais	181,11	154,18
Formação profissional	79,00	139,50
Gastos de depreciação e de amortização	312,76	312,55
Outros gastos e perdas	340,44	3.202,38
Impostos	340,44	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Sócios efetivos	0,00	0,00
Sócios auxiliares	0,00	0,00
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	823,38
Quotizações	152,00	564,00
Custos com apoios financeiros concedidos a associados	70,00	1.815,00
Gastos e perdas de financiamento	13,00	6,04
Juros suportados	0,00	0,06
Serviços Bancários	13,00	5,98
Outros	0,00	0,00

III. Resultados por atividades

Os gastos e os rendimentos do Encontro Anual foram um bastante inferiores aos de 2016 derivado da melhoria na negociação dos preços do mesmo o que contribuiu para um aumento significativo do número de participantes nesta atividade. Neste seguimento, o saldo final do Encontro Anual registou um valor superior a 2016, ascendendo a 1.459,64 euros.

No Campo de Férias, mesmo com um aumento do número de participantes face a 2016, é de realçar a contenção nos gastos fruto de uma melhoria nas negociações de preços para a realização desta atividade. Desta forma, conseguiu-se uma melhoria significativa nos resultados desta atividade, baixando-se consideravelmente os prejuízos face a 2016.

Em sentido contrário a estas atividades, o Fim-de-Semana Cultural, com um número reduzido de participantes, abarcou um custo muito elevado para a associação em 2017, registando um saldo negativo de 2.457,28 euros.

As Conferências de Genética realizadas conjuntamente com o CJMJM resultaram num saldo significativamente positivo dada a grande participação no evento, bem como os apoios para a realização do mesmo. O resultado desta atividade permitiu atenuar os saldos das restantes atividades realizadas.

O saldo final da Associação derivado dos vários apoios que teve em 2017 permitiu obter um Resultado Líquido do Exercício nunca antes alcançado pela Apofen.

Quadro 4 – Resultados por atividades

Atividades	2016			2017		
	Gastos	Rendimentos	Saldo	Gastos	Rendimentos	Saldo
Encontro/Congresso Anual	11.103,46	11.151,10	47,64	6.700,36	8.160,00	1.459,64
Campo de férias	8.938,92	8.370,00	568,92	6.363,14	6.170,00	193,14
Escolas de Cozinha	348,94	0,00	348,94	133,80	0,00	133,80
Apoio Escolar	11,00	0,00	11,00	251,71	10,00	241,71
Tribólicas	4.267,44	750,00	3.517,44	1.910,59	1.000,00	910,59
Encontro Regional de famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fim-de-Semana Cultural	0,00	0,00	0,00	4.092,28	1.635,00	2.457,28
Conferências de Genética	3.285,94	7.165,00	3.879,06	2.957,95	7.374,65	4.416,70
Subtotal	27.955,70	27.436,10	519,60	22.409,83	24.349,65	1.939,82
Associação	26.467,80	29.384,04	2.916,24	31.839,12	40.563,03	8.723,91
Total			2.396,64			10.663,73

X RESULTADOS

No exercício de 2017, e tendo em consideração o que evidenciamos no presente relatório, a Apofen obteve um resultado líquido positivo no valor de 10.663,73 euros.

Para este resultado favorável muito contribuiu a ótima e equilibrada execução orçamental de cada uma das componentes do Plano Anual de Atividades, quer dos rendimentos e réditos quer dos gastos e perdas, reveladora do empenhamento de todos os envolvidos na vida da associação permitindo cumprir com o desígnio deste último ano de mandato. Deixar a associação com liquidez e robustez financeira para os novos órgãos sociais.

Naturalmente que a APOFEN é uma IPSS e, como tal, uma organização sem fins lucrativos, e que a nossa missão é estritamente social, pelo que o apuramento do saldo final ajudará na realização das atividades programadas para o ano de 2018.

XI AGRADECIMENTOS

Cabe lugar neste Relatório, referir explicitamente agradecimentos a todos quantos de alguma forma têm contribuído para o crescimento da Apofen, e para a melhoria das condições de vida dos Doentes que representamos, destacando-se:

Os Técnicos de Saúde, Médicos, Endocrinologistas, Nutricionistas e Dietistas, Psicólogos e Enfermeiros, de todos os Centros de Tratamento do País, por reconhecerem a Apofen como um parceiro importante na garantia de melhores condições de vida dos Doentes que todos nós representamos;

A BIOMARINE na pessoa da Dr.^a Sónia Albuquerque pelo apoio financeiro e interesse que demonstrou nas atividades que a Apofen realiza;

A GLUTAMINE nas pessoas do Dr. António Madureira e Margarida Madureira, pelo apoio financeiro generoso e pela amizade que têm demonstrado nos últimos anos;

A NUTRICIA na pessoa da Dr.^a Ana Silva, pelo apoio financeiro e institucional;

A DIETICARE nas pessoas do Dr. Sérgio Macedo e Dr. Luís Ferreira pelo apoio financeiro e interesse que têm demonstrado nas atividades que a Apofen realiza;

A LIFEDIET na pessoa da Dr.^a Joana Correia pelo apoio financeiro e amizade que sempre tem demonstrado;

Ao Dr. Rui Vaz Osório pela sua dedicação e por ter estado sempre presente em todos os momentos da Vida da Apofen;

Por fim,
todos os AMIGOS apofénicos, sócios ou não, que com dedicação tenham oferecido o esforço do seu trabalho, ou aqueles que tenham angariado apoios financeiros para a APOFEN, assim como, todas as EMPRESAS que têm consubstanciado esse apoio, tão determinante para a vida da APOFEN.

XII PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Foi com o envolvimento de todos que atingimos os objetivos, ultrapassamos as dificuldades e alcançamos os desafios a que nos propusemos neste derradeiro ano de mandato da atual Direção.

Nos termos de tudo que antecede este relatório a Direção propõe à Assembleia-geral:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do exercício de 2017.
2. Que o resultado líquido do exercício de valor positivo de 10.663 euros e 73 cêntimos seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

XIII ANEXOS

1. Balanço;
2. Demonstração de resultados;
3. Anexo às demonstrações financeiras individuais;
4. Parecer do Conselho Fiscal

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017			
RÚBRICAS	NOTAS	2017	2016
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	480,82	721,24
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	0,00	72,34
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Ativo corrente			
Inventários	7	222,50	222,50
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	8	166,67	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	9	2.947,90	0,00
Diferimentos	9	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	10	22,14	22,09
Caixa e depósitos bancários	10	41.172,94	32.867,30
Subtotal		44.532,15	33.111,89
Total do ativo		45.012,97	33.905,47
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		2.500,00	2.500,00
Resultados transitados	11	30.914,40	28.517,76
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
Resultado líquido do período	11	33.414,40	31.017,76
Total do fundo de capital		44.078,13	33.414,40
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		0,00	0,00
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	8	694,84	251,07
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	9	240,00	240,00
Outras contas a pagar	12	0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Subtotal		934,84	491,07
Total do passivo		934,84	491,07
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		45.012,97	33.905,47

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	13	15.504,00	23.458,00
Subsídios, doações e legados à exploração	14	41.393,49	31.451,18
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	0,00	304,97
Fornecimentos e serviços externos	15	35.812,13	32.778,85
Gastos com o pessoal	16	17.770,62	17.418,71
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17	8.015,14	1.910,86
Outros gastos e perdas	18	340,44	3.602,38
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		10.989,44	2.715,13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5+6	312,76	312,55
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10.676,68	2.402,58
Juros e rendimentos similares obtidos	19	0,05	0,10
Juros e gastos similares suportados	19	13,00	6,04
Resultados antes de impostos		10.663,73	2.396,64
Imposto sobre o rendimento do período	8	0,00	0,00
Resultado líquido do período	11	10.663,73	2.396,64

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em euros)**

1. Identificação da entidade

A Associação Portuguesa de Fenilcetonúria e Outras Doenças Hereditárias do Metabolismo é uma Associação Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, com sede na Praça Pedro Nunes, nº88, no Porto, constituída em 22 de Dezembro de 1993.

Encontra-se registada na Direcção Geral da Segurança Social, no livro das Instituições de Saúde, desde 10 de Setembro de 1994, tendo adquirido automaticamente a natureza de pessoa coletiva de utilidade pública, sendo que o seu âmbito de ação abrange todo o território nacional.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto refere-se que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Outras contas a pagar” (Nota 12) e “Diferimentos ” (Nota 9).

3.1.3. Consistência de apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação:

Devido à importância do ativo e passivo serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Associação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Associação e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e,
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis:

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Associação espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Associação tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada (anos)
Equipamento administrativo	5 - 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Associação revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”. Contudo em 2016, não ocorreu nenhuma venda de ativos fixos tangíveis.

3.2.2. Ativos intangíveis:

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativo fixo intangível	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários:

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição e ao valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Associação adota como método de custeio dos inventários o custo corrente. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Associação detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo corrente.

3.2.4. Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Associados

De acordo com a Norma Contabilística de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), as quotas sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Associação deverão ser registadas no ativo pela quantia realizável.

Contudo, a Direção entendeu, ainda, não proceder a este registo no ativo pela quantia realizável das quotas procedentes de associados que se encontram vencidas, e que representam o montante de 38.747 euros, uma vez que o processo de reorganização da base de dados dos associados não estar concluído.

Outros ativos financeiros

A rubrica “Outros ativos financeiros” compreende o Fundo Santander Multitesouraria que pode ser imediatamente mobilizável, mas contendo riscos de flutuações de valor.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos patrimoniais:

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores/associados da Associação ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões:

Periodicamente, a Associação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Associação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Associação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Associação. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Estado e outros entes públicos:

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

2 - A isenção prevista na alínea c) do número anterior carece de reconhecimento pelo Ministro de Estado e das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante despacho publicado no Diário da República, que define a respetiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as atividades desenvolvidas para a sua realização, pelas entidades em causa e as informações dos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos e outras julgadas necessárias.

3 - A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção, consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º exercício posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos Impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.

4 - O não cumprimento dos requisitos referidos nas alíneas a) e c) do número anterior determina a perda da isenção, a partir do correspondente exercício, inclusive.

5 - Em caso de incumprimento do requisito referido na alínea b) do n.º 3, fica sujeita a tributação, no 4.º exercício posterior ao da obtenção do rendimento global líquido, a parte desse rendimento que deveria ter sido afeta aos respetivos fins.

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da OCC.

6. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do exercício de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016	Adições	Abate	Transf.	2017
Custo					
Equipamento administrativo	3.582,08	-	-	-	3.582,08
Outros ativos fixos tangíveis	39,90	-	-	-	39,90
Ativo Bruto	3.621,98	0,00	0,00	0,00	3.621,98
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	2.887,44	240,42	-	-	3.127,86
Outros ativos fixos tangíveis	13,30	-	-	-	13,30
Ativo Líquido	721,24	240,42	0,00	0,00	480,82

7. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016	Adições	Ajustamento/Abate	2017
Custo				
Programas de computador	1.360,05	-	-	1.360,05
Ativo Intangível Bruto	1.360,05	0,00	0,00	1.360,05
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	1.287,71	72,34	-	1.360,05
Ativo Intangível Líquido	72,34	72,34	0,00	0,00

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017	
	Mercadorias	Matérias primas
Inventário Inicial	222,50	0,00
Compras	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
CMVMC	0,00	0,00
Inventário Final	222,50	0,00

Verifica-se a não existência de inventário inicial e final de matérias-primas, uma vez que as compras são efetuadas aquando das Escolas de Cozinha, e para consumo na própria ação de formação, pelo que se consideram consumidas no momento da compra.

As mercadorias em inventário são relativas aos livros de receitas “Comer bem sem fazer mal”, volumes I e II; e, aos filmes, em formato DVD, sobre a Fenilcetonúria e os “15 anos da Apofen”.

No período de 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos relacionados com “Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas”:

Descrição	2017	
	Mercadorias	Matérias primas
Inventário Inicial	222,50	0,00
Compras	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Inventário Final	222,50	0,00
CMVMC	0,00	0,00

9. Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017
Ativo	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	166,67
Total	166,67
Passivo	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	668,68
Segurança Social	28,16
Total	694,84

Os valores do IRS retido e da Segurança Social são referentes a dezembro, pelo que a entrega dos mesmos ocorreu dentro do prazo legal em janeiro de 2018.

10. Diferimentos

Em 31 dezembro de 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017
Rendimentos a reconhecer (ativo)	
Diferimento de receitas	0,00
Total	0,00
Rendimentos a reconhecer (passivo)	
Receitas com proveito diferido	240,00
Total	240,00

Os valores de receitas com proveito diferido, isto é, rendimentos que entraram em 2017 mas que apenas serão reconhecidos em 2017 são referentes a quotas.

11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017
Caixa	480,06
Depósitos à ordem	40.692,88
Total	41.172,94

12. Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos Patrimoniais	2017	2016
Fundos	0,00	0,00
Reservas	2.500	2.500
Resultados Transitados	30.914,40	28.517,76
Resultado Líquido do Período	10.663,73	2.396,64
Total	44.078,13	33.414,40

13. Outras contas a pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017
Outros credores	0,00
Total	0,00

De referir que a Associação tem vindo a reduzir substancialmente as suas dívidas para com terceiros face aos anos anteriores. Em 2017, liquidou todas as dívidas para com terceiros.

14. Vendas e serviços prestados

Para o período de 2017 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “Vendas” e “Serviços Prestados:”

Vendas:

Descrição	2017
Mercadorias	0,00
Total	0,00

Serviços prestados:

Descrição	2017
Serviços prestados	15.504,00
Total	15.504,00

15. Subsídios, doações e legados à exploração

A Associação reconheceu, em 2017, os seguintes subsídios e doações:

Descrição	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	6.674,54
Subsídios de outras entidades	34.718,95
Total	41.393,49

Atribuídos pelas seguintes entidades:

Descrição	2017
Instituto Nacional de Reabilitação, IP	0,00
Instituto Emprego e Formação Profissional	0,00
Fedra (através do INR, I.P.)	6.674,54
Entidades Privadas	34.718,95
Total	41.393,49

Em 2017 não foi atribuído qualquer subsídio do Instituto Nacional de Reabilitação, IP (INR) dado que a Direção decidiu em reunião não se candidatar com nenhum projeto por se tratar de ano de eleições, não querendo, por isso, deixar para os novos órgãos sociais compromissos que estes não conseguissem cumprir.

De salientar que nos donativos concedidos pelas entidades privadas se encontram incluídos o da Glutamine e o da Nutricia, no âmbito dos protocolos assinados com a Apofen.

De referir, ainda, os donativos atribuídos por empresas dos vários setores de atividade, desde farmácias, clínicas a empresas de transporte, o que muito apraz esta Direção que estas empresas, mesmo em situação de crise económica que se verifica no país, continuem a ajudar a Apofen na prossecução dos seus fins.

16. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 foi a seguinte:

Descrição	2017
Subcontratos	16.127,91
Serviços especializados	8.789,86
Materiais	1.697,75
Energia e fluidos	326,73
Deslocações, estadas e transportes	6.701,64
Serviços diversos	2.067,69
Material didático	42,00
Encargos de Saude com Utentes	58,55
Total	35.812,13

Os subcontratos, seguidos dos serviços especializados continuam a ser a rúbrica com mais peso na conta de FSE devido às diversas atividades que a associação realiza durante o ano.

17. Gastos com o pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 31/12/2017 foi de 7, sendo 5 dirigentes. Os gastos que a Associação incorreu com o pessoal foram os seguintes:

Descrição	2017
Órgão Sociais	320,08
Ajudas de custo	320,08
Pessoal	14.261,25
Remunerações	12.660,00
Sub. alimentação	1.601,25
Ajudas de custo	0,00
Encargos sociais	2.929,18
Seguro de acidentes no trabalho	181,11
Formação Profissional	79,00
Total	17.770,62

18. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00
Restituição de impostos (0,5% do IRS consignado 2013)	8.015,14
Outros não especificados	0,00
Total	8.015,14

19. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017
Impostos	118,44
Correções relativas a períodos anteriores	0,00
Quotizações	152,00
Outros não especificados	83,00
Subsídios, donativos e bolsas de estudo	0,00
Total	340,44

20. Resultados financeiros

No período de 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017
Juros e gastos similares suportados	
Juros suportados	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	13,00
Total	13,00
Juros e rendimentos similares obtidos	
Juros obtidos	0,05
Total	0,05
Resultados financeiros	-12,95

21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pela administrativa que assegura o secretariado da Apofen, para 2017, foram de 4.000,02 euros (isento de IVA).

22. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Assembleia-Geral da Apofen em 6 de maio de 2017.

Porto, 20 de abril de 2018

A DIREÇÃO,

Rui Manuel Barros da Silva
Marta Luísa Neiva Fonseca
Henrique Miguel Caridade Pereira
Cristiana Filipa Freitas Alves da Silva
Marisa Delgado Figueiredo Gonçalves

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos legais e estatutários, vimos apresentar o nosso Parecer sobre o Relatório de Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, emitido sob a responsabilidade da Direção da Associação Portuguesa de Fenilcetonúria e Outras Doenças Hereditárias do Metabolismo (APOFEN).

O Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo procedido às verificações adequadas e recebido da Direção os esclarecimentos e informações que entendeu convenientes.

Em final de exercício, o Conselho Fiscal analisou com especial atenção o tratamento contabilístico de situações de natureza patrimonial de maior impacto, nomeadamente os que se relacionam com as quotas procedentes de associados que se encontram sem saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Associação. Estas não estão registadas no ativo pela quantia realizável como exige a NCRF-ESNL. No entanto, o Conselho Fiscal recebeu resposta satisfatória da Direção quanto a esta situação.

No desenvolvimento das nossas funções, examinámos o Relatório de Contas, bem como as Demonstrações Separadas da Posição Financeira (“Balanço e Demonstração de Resultados por Naturezas”) em 31 de Dezembro de 2017, e correspondentes notas anexas, para o exercício findo naquela data.

O Conselho Fiscal enaltece o excelente trabalho desenvolvido pela Direção no exercício de 2017 o que permitiu um Resultado Líquido do Exercício em 2017 no montante de 10.663,73 euros. Por outro lado, o Conselho Fiscal ressalva também as rubricas de “Caixa e Depósitos bancários” e de “Fundos Patrimoniais” o que permite a associação manter a sua atividade em prol dos seus associados sem grandes sobressaltos.

Nestas circunstâncias, somos de parecer favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2017 e do Relatório de Contas, incluindo a proposta de aplicação dos resultados, nos termos em que foram apresentados pela Direção.

Expressamos à Direção o nosso apreço pela colaboração recebida no exercício das nossas funções.

Porto, 20 de abril de 2018

O CONSELHO FISCAL

Licínio Manuel Reis Rodrigues
João Manuel dos Santos Almeida
Abílio Manuel Pereira Marinho